

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO GLOBAL								
DOCENTE	TAINAH SIMÕES SALES THIAGO								
CÓDIGO	GRDDIR016	SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	3º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.								
OBJETIVOS	Refletir e compreender o papel do Estado, das Organizações Internacionais e dos indivíduos como sujeitos de Direito Internacional sob uma ótica contemporânea.								
METODOLOGIA	O curso priorizará a metodologia de Aulas Participativas, com discussões baseadas nas leituras obrigatórias. As aulas dependem da ativa participação das alunas e dos alunos num exercício de constante diálogo, questionamentos e problematizações com a professora. As discussões têm como objetivos, além de incentivar a preparação prévia, (i) realizar a verificação de leitura da bibliografia indicada para cada aula; (ii) promover a reflexão crítica; (iii) despertar o interesse e o engajamento de todos; (iv) desenvolver habilidades relacionadas à oratória e argumentação jurídica. Também serão desenvolvidas metodologias ativas a partir de estudos de caso e julgados, jogos, Problem Based Learning (PBL) e Team-Based Learning (TBL), que podem ser realizados em dupla ou em grupo.								
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Direito estrangeiro e direito comparado. Direito transnacional. Direito Supranacional. Soft Law.								
2	Formação e métodos do Direito Internacional.								
3	Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado.								
4	O Estado como sujeito de Direito Internacional. Soberania e Política Externa.								
5	Reconhecimento de Estado e de governo. Sucessão de Estados.								
6	Domínio Público Internacional: mar e espaço aéreo.								

7	Jurisdição e Imunidades no Direito Internacional: Imunidade Estatal, Diplomática e Consular
8	Diplomacia, direito diplomático e consular
9	Responsabilidade Internacional de Estados
10	Modos de solução de conflitos internacionais.
11	Modos de solução de conflitos internacionais.
12	Fontes do Direito Internacional (Público e Privado).
13	Tratados internacionais e a prática brasileira. Conflito de fontes do direito internacional.
14	Condição jurídica do estrangeiro e a proteção internacional dos direitos humanos.
15	História e teoria das organizações internacionais.
16	Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias).
17	Manutenção da paz e da segurança internacional. Uso da força e legítima defesa.
18	Corte Internacional de Justiça.
19	Estudos da jurisprudência internacional contemporânea.
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	<p>A nota de cada etapa (P1 e P2) será composta da seguinte maneira:</p> <p>N1: 60% Avaliação escrita, presencial e sem consulta. A partir de questões objetivas e subjetivas, serão apresentados problemas reais ou fictícios para análise e resolução, a partir dos conceitos e leituras do curso.</p> <p>N2: 20% Participação nos debates promovidos em sala de aula a partir das leituras prévias. Serão levados em consideração: a demonstração da compreensão do texto; a capacidade argumentativa e crítica; o conteúdo técnico apresentado e articulado com saberes prévios e a realidade atual.</p> <p>N3: 20% Participação nas atividades propostas em sala de aula (estudos de caso, jogos, TBL ou PBL). As datas serão previamente informadas aos discentes.</p> <p>*Presença: a chamada será feita sempre no final da aula</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>TEIXEIRA, Carla Noura. Direito Internacional para o século XXI. Brasil: Saraiva, 2013.</p> <p>TEIXEIRA, Carla Noura. Manual de Direito Internacional Público e Privado. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Direito Internacional Público. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>BROWNLIE, Ian. Principles of Public International Law. Oxford University Press.</p> <p>CARVALHO, Evandro Menezes de. Semiotics of International Law: trade and translation. NY: Springer.</p> <p>PIOVESAN, Flavia. Cidadania global é possível?. p. 259-268. In: PINSKY, Jaime (Orgs.). Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>MAZZUOLI, Valerio. Curso de direito internacional público. 15 ed. São Paulo: GEN Forense, 2023.</p> <p>SHAW, Malcolm. International Law. Cambridge University Press, 2017.</p>